RESUMO

Esse artigo procurou analisar a trajetória da Educação Inclusiva no Brasil, objetivou conhecer as diversas faces da Educação Inclusiva no Brasil, iniciando nos primórdios da educação brasileira, O estudo parte da premissa de que, no contexto atual, constata-se, que apesar de o Brasil ter definido na legislação a Educação Inclusiva, os serviços educacionais existentes ainda estão distantes de promover a inclusão com qualidade do educando com necessidades educativas especiais no sistema regular de ensino. Baseando-se nos aspectos descritos, esse estudo tem como finalidade compreender a trajetória histórica da educação inclusiva no Brasil, destacando a contradição entre teoria (legislação) e prática (contexto educacional). O procedimento metodológico adotado neste estudo foi à pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Para podermos compreender melhor as raízes do movimento de inclusão escolar que presenciamos aqui no Brasil, devemos nos debruçar sobre algumas declarações internacionais que influenciaram a formulação das leis e políticas de educação brasileiras. Desde a década de 40 e, mais intensamente, a partir da década de 90, iniciaram-se movimentos mundiais de luta pelos direitos humanos, nos quais se abordava fortemente as ideias de acesso universal à escola e de inclusão das crianças com necessidades especiais. Aqui no Brasil esta tendência se verificou, durante a década de 90, pelo crescimento de um modelo democrático de educação e pela formulação de leis para fundamentar e exigir que todas estas ideias fossem postas em prática. Isto se refletiu numa exigência de mudança dos sistemas educacionais então vigentes. Dentre estas mudanças, buscava-se justamente romper com um modelo educacional que possuía uma lógica excludente, por ignorar as diferenças de seus alunos e, não prever nenhuma medida educacional para dar conta delas. Conclui-se que o processo de inclusão dos portadores de necessidades educativas especiais deve estar pautado em um projeto que incorpore como premissa básica, o acesso à aprendizagem e ao respeito à diferença. Este oportunizará o avanço acadêmico desses alunos em condições de igualdade com os demais alunos do sistema educacional, cumprindo, assim as prerrogativas da legislação nacional.

Palavras chave: Educação inclusiva. Diversidade. Legislação.

ABSTRACT

This article sought to analyze the trajectory of Inclusive Education in Brazil, aimed at knowing the different faces of Inclusive Education in Brazil, starting at the beginning of Brazilian education. The study starts from the premise that, in the current context, it is found that, despite the Since Brazil has defined Inclusive Education in the legislation, the existing educational services are still far from promoting quality inclusion of students with special educational needs in the regular education system. Based on the aspects described, this study aims to understand the historical trajectory of inclusive education in Brazil, highlighting the contradiction between theory (legislation) and practice (educational context). The methodological procedure adopted in this study was qualitative bibliographic research. In order to better understand the roots of the school inclusion movement that we see here in Brazil, we must address some international declarations that influenced the formulation of Brazilian education laws and policies. Since the 1940s and, more intensely, since the 1990s, worldwide movements for the fight for human rights have begun, in which the ideas of universal access to school and the inclusion of children with special needs were strongly addressed. Here in Brazil this trend was verified, during the 90's, by the growth of a democratic model of education and by the formulation of laws to justify and demand that all these ideas be put into practice. This was reflected in a demand to change the educational systems then in force. Among these changes, we sought to break with an educational model that had an exclusionary logic, by ignoring the differences of its students and, not providing any educational measure to cope with them. It is concluded that the process of inclusion of people with needs Special educational activities must be guided by a project that incorporates access to learning and respect for difference as a basic premise. This will provide the academic advancement of these students on equal terms with other students in the educational system, thus fulfilling the prerogatives of national legislation.

Keywords: Inclusive education. Diversity. Legislation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade mostrar as conquistas e desafios da Educação Inclusiva no Brasil refletindo sobre a situação da inclusão dos alunos portadores de Necessidade Especiais, o papel da Escola, do Estado e da Família, como ferramenta dessa inclusão em que cada indivíduo é considerado como um ser singular, com suas

vontades, necessidades e potencialidades próprias, onde deve ser respeitado cada ritmo e desenvolvimento assim como a aprendizagem dos mesmos.

O processo de educação inclusiva é um desafio a ser enfrentado, visto que, propõe mudanças no comportamento de todos. Pais, alunos, professores e funcionários, a inclusão é uma proposta que está sendo implantada desde 1996, porém não vemos nas escolas públicas a preparação estrutural e profissional para tal fato.

Os referenciais teóricos serão analisados sob a luz de Leitura de livros, jornais e revistas que abordam o assunto serão utilizados nesse trabalho. Assim como o uso da tecnologia com pesquisa em sites de buscas que tratem do assunto, por ser uma ferramenta a ser utilizada e muito útil quando usada com sabedoria e comprovação científica.

A escolha do tema decorreu da necessidade de analisar como a LDBN 9394/96, está sendo implantada nas escolas de ensino público, pois a lei exige a inclusão dos portadores de necessidades especiais na rede de ensino regular.

O princípio fundamental da escola inclusiva, é que todos os portadores de NEE (Necessidades Educacionais Especiais) devem aprender juntos, na medida do possível, mesmo com suas dificuldades ou diferenças. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, inserindo ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos.

O trabalho se justifica pelo motivo de chamar a atenção da sociedade para participar e cobrar dos órgãos públicos as suas responsabilidades. Para conseguirmos êxito nesta empreitada é necessária a participação de todos os membros da sociedade, ou seja, políticos, profissionais da educação e família.

Os objetivos do trabalho é mostrar que a trajetória da inclusão no Brasil como uma ferramenta muito importante para trazer o portador de NEE ao convívio social, sem discriminação e demagogia.

Chamar a sociedade como um todo para esse trabalho e principalmente mostrar que a inclusão não é apenas colocar ou "jogar" o portador de NEE no convívio escolar sem preparar as escolas e as pessoas ditas normais para receberem em seu convívio os portadores de NEE.

Uma escola como objeto de trabalho da inclusão deve ser preparada social, estrutural, profissional e pedagogicamente e os órgãos públicos é que tem que assumir essa missão e esse trabalho tem como objetivo também, chamar a atenção dos órgãos públicos as suas responsabilidades como dita na LDBN/96 "A responsabilidade da educação é de responsabilidade dos governos federais, estaduais, municipais e da família".

Acreditamos que a Educação Inclusiva surgiu, e vem crescendo no mundo inteiro, com base no pressuposto de que todos têm direito e acesso à educação, mas será que todos estão preparados para a mudança e responder as necessidades das crianças.

DESENVOLVIMENTO

Ao analisar as conquistas e desafios da Educação inclusiva no Brasil, podemos dizer que a inclusão dos Portadores de Necessidade Educativa Especial tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais.

Afirma então que inclusão é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto, também do próprio deficiente.

Inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação. A educação inclusiva garante o cumprimento do direito constitucional indisponível de qualquer criança de acesso ao ensino fundamental, já que pressupõe uma organização pedagógica das escolas e práticas de ensino que atendam as diferenças entre os alunos.

O processo de educação inclusiva é um desafio a ser enfrentado, visto que, propõe mudanças no comportamento de todos. Pais, alunos, professores e funcionários,

A inclusão é uma proposta que está sendo implantada desde 1996, porém não vemos nas escolas públicas a preparação estrutural e profissional para tal fato.

Acreditamos que a Educação Inclusiva surgiu, e vem crescendo no mundo inteiro, com base no pressuposto de que todos têm direito e acesso à educação, mas será que todos estão preparados para a mudança e responder as necessidades das crianças.

Segundo Araújo (2003), a inclusão é o resultado da soma de oportunidades bem sucedidas que são possibilitadas a qualquer cidadão e não somente dos decretos, sem oportunizar o real acesso às oportunidades e aos meios para superar os desafios que promovam o seu desenvolvimento.

Araújo, (2003, p. 89). A educação inclusiva garante o cumprimento do direito constitucional indisponível de qualquer criança de acesso ao ensino fundamental, já que pressupõe uma organização pedagógica das escolas e práticas de ensino que aten-

dam as diferenças entre os alunos.

O Estado tem um papel essencial e insubstituível no planejamento e direcionamento da expansão do atendimento, uma vez que as desigualdades regionais na oferta educacional atestam uma enorme disparidade nas possibilidades de acesso à escola por parte dessa população especial.

Segundo Tavares, (2005), O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

No Brasil, um passo importante para assegurar o direito à educação sem exclusão para os PNEE se deu com a promulgação da lei n.º 9394/96 – Nova Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB) (BRASIL, 1996). Em seu Artigo 4.º, a LDB determina que deve haver "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino", e, no seu Artigo 58.º, estabelece, também, que educação especial é "a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais". (BRASIL, 1996)

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação. O capítulo 8 do PNE é destinado à Educação Especial. Este documento tece um diagnóstico e traça as diretrizes, objetivos e metas para os próximos 10 anos. Segundo o PNE, a oferta de educação especial poderá ser realizada de três formas: participação nas classes comuns, sala especial e escola especial. Sendo que, as salas e escolas especiais devem ser apenas para aqueles que realmente não puderem ser atendidas nas salas convencionais. Neste sentido, a matrícula destes alunos vem crescendo a olhos vistos entre 1998 e 2003.

A Educação Especial deve ser vista no contexto da Educação Geral, ou seja, o portador de necessidades especiais deve ser atendido no mesmo ambiente que o não portador. A esta tendência contemporânea chamamos de Educação Inclusiva, uma vez que o portador de necessidades especiais é inserido em classes regulares de ensino, sendo tão digno e merecedor da educação como qualquer outra pessoa.

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

O capítulo 8 do PNE é destinado à Educação Especial. Este documento tece um diagnóstico e traça as diretrizes, objetivos e metas para os próximos 10 anos. Segundo o PNE, a oferta de educação especial poderá ser realizada de três formas: participação nas classes comuns, sala especial e escola especial. Sendo que, as salas e escolas especiais devem ser apenas para aqueles que realmente não puderem ser atendidas nas salas convencionais. (Brasil, Lei nº 10.172, 2001).

Não podemos deixar de citar aqui as Organizações Não Governamentais, criadas, na maioria, pelos pais e/ou por técnicos, têm desempenhado importante papel histórico. Estas organizações, em parceria com o poder público governamental, têm oferecido o atendimento de que os portadores de deficiência necessitam em educação, saúde e trabalho. Igualmente, têm sido pioneiras na liderança e, em sua militância política e social, vêm conseguindo fazer com que várias das reivindicações dos portadores de deficiências sejam atendidas.

Para a educadora Mantoan, T(2000) na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa, alerta ainda sobre algumas situações discriminatórias contidas em programas de inclusão escolar, que deveria basear-se na justiça para todos. A inclusão segundo a autora não leva em conta as diferenças de cada um. (MANTOAN, 2000 p.120).

Analisamos o papel da família frente à inclusão escolar dos filhos (as) com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino, podemos considerar que apesar das dificuldades hoje vivemos um momento onde os princípios de integração/inclusão estão sendo respeitados.

A Declaração de Salamanca, documento inspirador de muitas das políticas educacionais da maioria dos países, é bem clara no que se refere à família e o movimento pela inclusão. Ela possui quatro artigos (artigos 59 a 62) especificamente relativos à "interação com os pais", e vários outros que indiretamente implicam uma parceria com a instituição familiar no processo de integração/inclusão dos portadores de deficiência.

"Os pais são os principais associados no tocante às necessidades educativas especiais de seus filhos, e a eles deveria competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam seja dada a seus filhos" (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, art. 60, pág. 43).

Constatou-se assim que o papel da família tem crescido consistentemente. Se fizermos um levantamento das práticas sociais, educacionais e de saúde em países que já praticam a inclusão com uma certa segurança, veremos, também, que a houve uma redescoberta da família, um ponto crucial, ao processo de inclusão.

Portanto, não resta dúvida de que hoje em dia, mais do que nunca, a família deve ser vista e tratada como um parceiro a mais no processo de quebra das barreiras que impedem a participação e a inclusão social de seus membros, por quaisquer motivos que sejam.

Os professores enfrentam dificuldades não só em transmitir para esses alunos as disciplinas específicas em suas áreas de formação, mas falta também o próprio conhecimento "para lidar com a língua brasileira de sinais (libras) e com a presença de intérpretes em suas aulas". SILVEIRA e SOUZA, Isso se torna ainda mais complicado quando se trata de professores de ciências, como a Química, pois enfrentam grandes dificuldades em lidar com a construção do conhecimento científico voltado para esse grupo específico. Por exemplo, os alunos surdos sofrem muito com essa questão, porque a Química contém uma linguagem específica, que muitas vezes não tem como ser traduzida para LIBRAS, dificultando, assim, a construção do conhecimento. (2011, p.38)

Quanto às nossas escolas, de fato, elas não estão mesmo preparadas para recebê-los. Entretanto, se for esperar que ela se prepare literalmente, esta inclusão demorará ainda mais para ocorrer. Desta forma, é que preciso que as escolas deem o primeiro passo para o processo de inclusão, que é aceitar que ele se matricule.

A escola tem por fim promover o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos com necessidades educativas especiais, na rede regular de ensino, de forma real, já que existem tantas possibilidades de fazê-lo.

Inclusão implica mudança, tanto no sistema quanto na escola. Nesta, começa-se pela parte física e continua-se até o currículo, que deve ser reestruturado, adaptado, readaptado em todos os seus aspectos transformado, acessível ao portador de necessidades educativas especiais.

Para isso é preciso que os sistemas de ensino criem estrutura e programa de apoio para o professor e também possibilitem a instrumentalização das salas e espaço que possam ser um atrativo para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos especiais.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas as deficientes são excluídas, mas também as que são pobres, as que não vão às aulas porque trabalham, as que pertencem a grupos discriminados, as que de tanto repetir desistiram de estudar.

A estrutura da instituição educacional ainda é uma grande barreira, pois apesar de existirem políticas públicas educacionais avançadas, as escolas regulares, em esmagadora maioria, carecem de recursos físicos e financeiros, e principalmente humanos (professores especializados), para que aconteça realmente a inclusão do aluno na sala de aula. A escola deve atuar como facilitadora da comunicação e da difusão de informações sobre deficiência, visando a estimular a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência.

A inclusão é uma inovação, e muitas vezes, seu sentido tem sido muito distorcido e polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação e isto está assegurado pela Constituição. Segundo Mantoan (1988):

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações estão, muitas vezes na centralização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades. MANTOAN (2000, p. 7-8),

Para descrever o percurso da educação inclusiva, observa-se o cenário educacional brasileiro sob três ângulos: o dos desafios provocados por essa inovação, o das ações no sentido de efetivá-la nas turmas escolares, incluindo o trabalho de formação de professores e, finalmente o das perspectivas que se abrem à educação escolar, a partir da sua implementação. O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especia-

lizam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas.

É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas. O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com as suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada.

Toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte. Para a maioria dos profissionais que atuam em nossas escolas hoje, é difícil entender a possibilidade de se fazer inclusão. Essa resistência é aceitável e compreensível, diante do modelo pedagógico-organizacional conservador que vigora na maioria das escolas.

Poucos são os profissionais que se arriscam a encarar a ideia de ministrar um ensino inclusivo em uma sala de aula de cadeiras enfileiradas, um livro didático aberto na mesma página, uma só tarefa no quadro e uma só resposta válida e esperada nas provas.

Na maneira tradicional de ensinar, a competição entre os alunos e a homogeneização das respostas e de comportamentos esperados, a "transmissão" do conhecimento e o pavor de errar impedem alunos e professores de contemplar as diferenças e de reconhecer a riqueza que elas aportam ao desenvolvimento dos processos educativos, dentro e fora das escolas. Priorizar a qualidade do ensino regular é, pois, um desafio que precisa ser assumido por todos os educadores. É um compromisso inadiável da escola, pois a educação básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social. Trata-se de uma tarefa possível de ser realizada, mas é impossível de se efetivar por meio dos modelos tradicionais de organização do sistema escolar. Se hoje já pode-se contar com uma Lei Educacional que propõe e viabiliza novas alternativas para melhoria do ensino nas escolas, estas ainda estão longe, na maioria dos casos, de se tornarem inclusivas, isto é, abertas a todos os alunos, indistinta e incondicionalmente (DUARTE, SANTOS, P. 93, 2003)

O que existe em geral são projetos de inclusão parcial, que não estão associados a mudanças de base nas escolas e que continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, salas de recurso, turmas de aceleração, serviços de itinerância). As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas regulares se justificam, na maioria das vezes pelo despreparo dos seus professores para esse fim. Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais.

Em ambas as circunstâncias, o que fica evidenciado é a necessidade de se redefinir e de se colocar em ações novas alternativas e práticas pedagógicas, que favoreçam a todos os alunos, o que, implica na atualização e desenvolvimento de conceitos e em aplicações educacionais compatíveis com esse grande desafio.

O mérito da escola inclusiva não é apenas proporcionar educação de qualidade a todos. Sua criação constitui passo decisivo para eliminar atitudes de discriminação, onde a comunidade escolar acolhe a todos. Implica, portanto, num processo de mudança que consome tempo para as necessárias adaptações e requer providências indispensáveis para o bom funcionamento do ensino inclusivo.

As escolas podem avançar no desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança enfatizando a responsabilidade dos educadores em ensinar as crianças com ou sem deficiência a partir da desconstituição do discurso da deficiência que envolve uma proposta de escola que não é capaz de beneficiar todos os alunos. A ampliação das oportunidades de formação dos profissionais da educação para a inclusão, o uso de novas abordagens pedagógicas, o investimento na educação infantil, o conhecimento do percurso educacional dos alunos e a construção de políticas de atenção às diferenças no ensino regular provocam um impacto significativo sobre a qualidade da educação.

O complemento oferecido pela educação especializada não diz respeito ao ensino de conteúdos curriculares da escola comum: alfabetização, matemática, ciências etc., mas ao ensino de recursos, linguagem,

uso de equipamentos, códigos que sirvam para os alunos enfrentarem as barreiras que suas deficiências impõem à aprendizagem nas salas de aula das escolas comuns: código Braille, Língua Brasileira de Sinais (Libras), língua portuguesa como segunda língua para surdos etc.

Conforme Silva (2012) a organização de salas de recursos multifuncionais se constitui como espaço de promoção de acessibilidade curricular aos alunos das classes comuns do ensino regular, onde se realizam atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outras complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação nas escolas. Em uma escola inclusiva, o ensinar e o aprender são processos dinâmicos, onde a aprendizagem não fica restrita a conteúdos e ao espaço físico da escola, ela transcende.

Ao discutir a escola inclusiva, Carvalho (2004, p. 115) destaca algumas das inúmeras funções de uma escola que busca se enquadrar nessa perspectiva de educação:

Desenvolver culturas, políticas e práticas inclusivas, marcadas pela responsabilidade e acolhimento que oferece a todos os que participam do processo educacional escolar; - promover todas as condições que permitam responder às necessidades educacionais especiais para a aprendizagem de todos os alunos de sua comunidade; - criar espaços dialógicos entre os professores para que, semanalmente, possam reunir-se como grupos de estudo e de troca de experiências; - criar vínculos mais estreitos com as famílias, levando-as a participarem dos processos decisórios em relação à instituição e a seus filhos e filhas; - estabelecer parcerias com a comunidade sem intenção de usufruto de beneficiar apenas e sim para conquistar a cumplicidade de seus membros, em relação às finalidades e objetivos educativos; - 30 acolher todos os alunos, oferecendo-lhes as condições de aprender e participar; - operacionalizar os quatro pilares estabelecidos pela UNESCO para a educação deste milênio: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser, tendo em conta que o verbo é aprender; - respeitar as diferenças individuais e o multiculturalismo entendendo que a diversidade é uma riqueza e que o aluno é o melhor recurso de que o professor dispõe em qualquer cenário de aprendizagem; - valorizar o trabalho educacional escolar na diversidade. (CARVALHO, 2004, pg.115)

Suas principais sugestões são: criar uma comunidade inclusiva, promover o sentimento de pertença, facilitar a aproximação das crianças, favorecendo a amizade entre os alunos, desenvolver a colaboração entre pais e professores e entre professores e outros membros da escola. Apoiar e incentivar comportamentos positivos em todos os alunos e não apenas naqueles que demonstram comportamentos inadequados ao ambiente escolar, evitando punições e expulsões. É bom lembrarmos sempre que, a inclusão escolar como consequência da transformação das nossas escolas significa o caminho para que seja garantido o direito incondicional à escolarização de todos. Uma escola inclusiva, ética e de qualidade para todos tem na cooperação e na solidariedade instrumentos imprescindíveis para uma real aprendizagem de todos os alunos.

Mantoan (2000) observa que as escolas abertas à diversidade são escolas:

[...] em que todos os alunos se sentem respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas que não são indiferentes às diferenças. Ao nos referirmos a essas escolas, estamos tratando de ambientes educacionais que se caracterizam por um ensino de qualidade, que não exclui, não categoriza os alunos em grupos arbitrariamente definidos por perfis de aproveitamento escolar e por avaliações padronizadas e que não admitem a dicotomia entre educação regular e especial. As escolas para todos são escolas inclusivas, em que todos os alunos estudam juntos, em salas de aula de ensino regular. Esses ambientes educativos desafiam as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos e as estratégias de trabalho pedagógico são adequadas às habilidades e necessidades de todos. MANTOAN (2000, p. 7-8),

A formação continuada deve ser objetivo de aprimoramento de todo professor, porque o educador deve acompanhar o processo de evolução global, colocando a educação passo a passo no contexto de modernidade, tornando-a cada vez mais interessante para o aluno, a fim de que ele possa compreender que, na escola, ele aperfeiçoa sua bagagem. É nesse processo que o professor pode ver e rever sua prática pedagógica, as estratégias aplicadas na aprendizagem dos alunos, os erros e acertos desse processo para melhor definir, retomar e modificar o seu fazer de acordo com as necessidades dos alunos.

O professor deve ter a predisposição para enxergar o indivíduo real, com todas as suas potencialidades e possibilidades como qualquer outro ser humano. Todos somos diferentes, com características particulares e individuais em busca de aceitação, de parceria e de reconhecimento, em um contexto de igualdade de oportunidades e não de reprodução em série de indivíduos iguais, sendo o papel da educação criar condições para que a criança construa conhecimentos e se desenvolva enquanto cidadão conhecendo seus deveres e aprendendo a lutar pelos seus direitos.

Lembrando que, todos os indivíduos possuem potencialidades a serem desenvolvidas. Compreendemos que o profes-

sor, com sua sabedoria e prazer de ensinar, pode criar situações e adaptações tais que os comprometimentos não impeçam o potencial criador das pessoas com deficiência, que são diferentes, mas não querem ser transformados em desiguais, pois as suas vidas só precisam ser acrescidas de recursos especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim a Educação Especial deve ser vista no contexto da Educação Geral, ou seja, o portador de necessidades especiais deve ser atendido no mesmo ambiente que o não portador. Inclusão implica mudança, tanto no sistema quanto na escola. Nesta, começa-se pela parte física e continua-se até o currículo, que deve ser reestruturado, adaptado, readaptado em todos os seus aspectos transformado, acessível ao portador de necessidades educativas especiais.

Para isso é preciso que os sistemas de ensino criem estrutura e programa de apoio para o professor e também possibilitem a instrumentalização das salas e espaço que possam ser um atrativo para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos especiais.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas as deficientes são excluídas, mas também as que são pobres, as que não vão às aulas porque trabalham, as que pertencem a grupos discriminados, as que de tanto repetir desistiram de estudar.

Evidencia-se com esse trabalho que a inclusão dos Portadores de Necessidade Educativa Especial tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais.

Quanto às nossas escolas, de fato, elas não estão mesmo preparadas para recebê-los. Entretanto, se for esperar que ela se prepare literalmente, esta inclusão demorará ainda mais para ocorrer. Desta forma, é que preciso que as escolas deem o primeiro passo para o processo de inclusão, que é aceitar que ele se matricule.

A escola tem por fim promover o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos com necessidades educativas especiais, na rede regular de ensino, de forma real, já que existem tantas possibilidades de fazê-lo.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa (Org.). Diferenças e preconceitos. – Na escola – Alternativas Teóricas e Práticas. 2ª Edição. Summus Editorial. 2003

ARAÙJO, P. F. de. Desporto Adaptado no Brasil: Origem, institucionalização e atualidade. Ministério da Educação e do Desporto (INDESP). Brasília, 1998.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). 6. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva 2008.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei n. 9.394/96

_____. Plano Nacional da Educação/ Lei n. 10.172/2001.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA - (artigos 59 a 62) Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. (1994) disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf

DUARTE, E. Santos, T. P. adaptação e inclusão. In Duarte, E., LIMA, S. M. T. e colaboradores. Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: Experiências e intervenções pedagógicas. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara: Koogan, 2003. P. 93-99.

MANTOAN, M. T. Egler, PRIETO, Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? 2000, Ed. Moderna,

SILVA, KARLA MENDES DOS. A família e os portadores de necessidades especiais. Revista Educação. Ano v, n.12, 2001. TAVARES, Mariana Mello. Educação inclusiva: outros caminhos. Rio de Janeiro: Dunya, 2005.